

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder a primeira questão:

(...) A porta aberta, você dava logo de cara com um azulejo na parede: "Aqui mora um solteiro feliz". Uma pitada de humor com um toque popular. Essa graça espontânea que a tudo dá gosto. Do contrário, a vida é só enfado e mormaço. Era de fato um solitário. Precisava de ser só. Nisso, sua personalidade era feita de uma peça só. Incapaz de simulação, ou até, em certos casos, de uma ponta de hipocrisia que se debita à polidez social.

(...)

(Adaptado de: Otto Lara Resende. Bom dia para nascer: crônicas publicadas na Folha de S. Paulo. São Paulo: Cia. Das Letras, 2011, p. 259e 260).

01) Do contrário, a vida é só enfado e mormaço.

A palavra empregada no texto que tem o mesmo sentido da grifada na frase acima é:

- a) pedantismo.
- b) simulação.
- c) tédio.
- d) recato.
- e) emoção.

02) Das frases abaixo só **NÃO** há erros de ortografia em:

- a) Carbohidratos ricos em fibras são importantes aliados para manter estável o nível de energia do organismo.
- b) Sabe-se que uma substancia encontrada no guaraná pode estimular a função cerebral e auxiliar na concentração.
- c) Consumir alimentos ricos em vitaminas e minerais pode ajudar a reduzir os efeitos negativos do estresse.
- d) O consumo de proteínas e gorduras em exceço pode ser nossivo para o processo digestivo.
- e) Manter o organismo mau hidratado pode prejudicar a eliminação de toxinas e provocar sérios problemas de saúde.

03) Quanto à concordância padrão, está escrita corretamente a frase:

a) O homem sempre buscou capturar o instante em imagens, e isso nunca foi tão fácil quanto hoje, quando o ato de registrar se tornou mais importante que o próprio registro.

b) Atualmente, constata-se muitas maneiras de compartilhar informação, mas nenhum meio de comunicação vem se mostrando tão poderoso quanto as redes sociais.

c) Em meados da década passada, fotografar alimentos envolviam uma série de questionamentos que parecem não fazer mais sentido na sociedade dos dias de hoje.

d) Em 2016, uma pesquisa com usuários da internet concluiu que algumas pessoas que postam excessivamente nas redes sociais o faz por necessidade de aprovação.

e) Decidir entre devorar ou clicar têm perturbado aqueles que oscilam entre desfrutar o momento da refeição e partilhá-lo, ainda que a distância, com amigos e familiares.

04) Uma vez _____ as limitações fundamentais da condição humana, é possível dominar a fantasia e _____ as possibilidades concretas que se _____ para todos nós.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) aceita – testarem – abrem
- b) aceita – testar – abrem
- c) aceitas – testar – abrem
- d) aceita – testarem – abre
- e) aceitas – testar – abre

05) Assinale a alternativa que apresenta correta pontuação.

- a) Hoje, exatamente, às 21h a lua se aproximará, da Terra como nunca antes visto.
- b) Os funcionários da CIDASC, cumprem com zelo as normas estabelecidas, pela chefia.
- c) Falei com Paulo meu vizinho de outrora, e recordei, dos bons momentos vividos.
- d) Aqueles, que não concordarem com o regulamento, deste certame, deverão entrar com recurso em tempo hábil.

e) Depois que, há algumas décadas, o homem refez seus valores, houve uma grande transformação na sociedade

DIREITO CONSTITUCIONAL

6) Leia as afirmativas a seguir e marque a opção CORRETA:

a) Impedir a construção de uma sociedade pluralista é um dos objetivos da Constituição Federal de 1988.

b) A Constituição Federal de 1988 determina que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

c) Tolher o bem-estar dos brasileiros é um dos objetivos da Constituição Federal de 1988.

d) Na ordem interna e internacional, o Brasil adota sempre uma postura de solução armada das controvérsias, conflitos e disputas comerciais.

e) A Constituição Federal de 1988 busca criar uma sociedade distante da harmonia social.

07) A Constituição da República Federativa do Brasil trouxe em seu escopo os valores de um Estado de Bem-Estar Social. Dentre os princípios desse modelo de sociedade, encontra-se:

a) A supremacia do indivíduo sobre o coletivo.

b) A dignidade da pessoa humana.

c) A intervenção em detrimento da autodeterminação dos povos.

d) A valorização apenas do setor produtivo público.

e) O capitalismo de Estado sem intervenção privada.

8) Sobre a temática dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a opção correta.

a) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei complementar estabelecer.

b) É livre a manifestação de pensamento, sendo permitido o anonimato.

c) Aos autores pertence o direito exclusivo da utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não transmissíveis aos herdeiros.

d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

e) A lei não pode restringir a publicidade dos atos processuais.

9) São considerados direitos decorrentes de origem comum os direitos:

a) Indivisíveis.

b) Coletivos.

c) Individuais homogêneos.

d) Difusos.

e) Transindividuais.

10) O Mandado de Segurança é:

a) Ação cabível contra ato abusivo do particular.

b) Ação cabível quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

c) Ação cabível contra todo ato discricionário do administrador público.

d) Recurso contra decisão administrativa que requer prova pré-constituída.

e) Recurso cabível contra ato de autoridade do administrador público.

11) Os direitos e garantias fundamentais:

a) Estão taxativamente previstos na Constituição de 1988.

b) De caráter prestacional não são exigíveis do Estado.

c) Não se aplicam às relações privadas.

d) São inalienáveis e indisponíveis.

e) Podem sofrer limitações que atinjam seu núcleo essencial.

DIREITO CIVIL

12) Assinale a alternativa que NÃO contém pessoa jurídica de direito público interno.

- a) Autarquia
- b) Partido Político
- c) Fundação Pública
- d) Associação Pública
- e) Estados

13) Conforme os direitos da personalidade, a disposição do próprio corpo é:

- a) Permitida, se por vontade pessoal e para fins científicos, ainda que implique em diminuição da integridade física.
- b) Proibida para fins de transplante, ainda que a disposição seja parcial.
- c) Permitida, após a morte, para fins científicos e de forma gratuita.
- d) Proibida, após a morte, se parcial e com fins altruísticos.
- e) Permitida para fins de transplante, ainda que a disposição seja parcial somente entre cônjuges ou parentes em primeiro e segundo grau.

14) Com base no Código Civil, a respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) O silêncio não importa anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- b) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- c) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
- e) A validade do negócio jurídico independe da capacidade do agente.

15) No que tange ao direito obrigacional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O credor é obrigado a receber prestação diversa, desde que seja mais valiosa do que aquela a ele devida.
- b) Não é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- c) Não é lícito às partes convencionarem o lugar do pagamento, pois este sempre deve ocorrer no domicílio do devedor.

- d) Dação em pagamento ocorre quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- e) Ainda que o prejuízo exceda ao previsto na cláusula penal, não pode o credor exigir indenização suplementar se assim não foi convencionado.

16) Aline locou imóvel de propriedade de Paulo, vindo a estabelecer nele sua clínica de psicologia, onde efetivamente exerce sua atividade há mais de cinco anos, sem oposição. Nesse caso, em decorrência do contrato de locação, Aline:

- a) Detém a posse direta do imóvel, que não anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- b) Detém a posse indireta do imóvel, que não anula a direta, de quem aquela foi havida.
- c) Não detém a posse do imóvel, direta ou indireta, mas mero gozo do bem.
- d) Detém a posse direta do imóvel, que anula a indireta, enquanto vigente a locação.
- e) Detém a posse indireta do imóvel, que anula a direta, enquanto vigente a locação.

17) Se, mediante escritura pública, o proprietário de um terreno conceder a terceiro, por tempo determinado, o direito de plantar em seu terreno, então, nesse caso, estará configurado o:

- a) Direito de superfície.
- b) Direito de uso.
- c) Usufruto resolutivo.
- d) Usufruto impróprio.
- e) Comodato impróprio.

18) Com relação às águas, no direito de vizinhança, assinale a alternativa correta.

- a) O dono ou possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, sendo possível realizar obras para embaraçar o fluxo.
- b) Quando as águas artificialmente levadas ao prédio superior correrem dele para o inferior, poderá o dono deste reclamar que se desviem, ou se lhe indenize o prejuízo que sofrer.

c) O proprietário de nascente pode desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.

d) O proprietário não tem direito de construir barragens, açudes ou outras obras para represamento de água em seu prédio.

e) A construção de aqueduto impede que o proprietário cerque o imóvel, mas permite a utilização das águas para as primeiras necessidades da vida.

19) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela:

a) Interrupção.

b) Prescrição.

c) Nulidade.

d) Decadência.

e) Suspensão.

20) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

a) O produto é considerado defeituoso pelo fato de, no prazo de 30 (trinta) dias, outro de melhor qualidade ser colocado no mercado.

b) A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, sendo possível a exoneração contratual do fornecedor, caso haja anuência do consumidor.

c) O direito de o consumidor reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação de produtos duráveis, adquiridos pela internet, caduca em 07 (sete) dias.

d) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

e) A garantia contratual complementar à legal consiste em ato de liberalidade do fornecedor e, portanto, não pode impor ônus ao consumidor.

21) Verificou-se que determinada escola, com 500 (quinhentos) alunos, estava com sérios problemas de qualidade de ensino, principalmente em razão de falhas no material didático e corpo docente mal qualificado. Os alunos, portanto, estavam sendo prejudicados pela escola. Em relação aos direitos

desses alunos, é correto afirmar que estão, especificamente, no campo:

a) dos direitos difusos

b) dos direitos individuais homogêneos.

c) dos direitos coletivos, em sentido estrito.

d) do direito meramente individual.

e) dos direitos especiais.

PROCESSO CIVIL

22) Pode-se afirmar que são condições da ação pelo Código de Processo Civil de 2015:

a) partes, legitimidade *ad causam* e interesse processual.

b) partes, pedido de legitimidade *ad causam*.

c) possibilidade jurídica do pedido, legitimidade *ad causam* e interesse processual.

d) legitimidade *ad causam* e interesse processual.

e) possibilidade jurídica do pedido, legitimidade *ad causam* e pedido.

23) Sobre as normas fundamentais do Processo Civil e os temas de jurisdição e ação, assinale a alternativa correta:

a) A Constituição da República Federativa do Brasil serve, para o Direito Processual Civil, como critério de validade, sem influenciar a interpretação dos dispositivos legais;

b) A atuação da jurisdição depende da constatação de lesão a direito, sem se cogitar sobre uma atuação preventiva em casos de ameaças a direitos;

c) Para o Código de Processo Civil de 2015, o contraditório é garantia de ouvir e ser ouvido, não tendo relação com os ônus processuais, os deveres nem à aplicação de sanções processuais;

d) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, postular em juízo requer interesse de agir, legitimidade de parte e possibilidade jurídica do pedido;

e) O interesse do autor pode se limitar à declaração do modo de ser de uma relação jurídica, ainda que não exista pedido de condenação ou de reparação de dano.

24) Acerca da audiência de conciliação e mediação prevista em capítulo próprio do Novo Código de Processo Civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Na audiência de conciliação ou de mediação, não há exigência legal no sentido de que as partes estejam acompanhadas por advogado ou defensor público.
- b) A audiência não será realizada se pelo menos uma das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.
- c) O não comparecimento do autor ou do réu à audiência de conciliação importa em desistência pelo autor e revelia para o réu.
- d) Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência de conciliação poderá ser manifestado por apenas um dos autores ou réus, hipótese em que se estenderá a manifestação para os demais.
- e) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.

25) Assinale a alternativa correta a respeito da conciliação e da mediação judicial, nos termos do Código de Processo Civil de 2015:

- a) Como o Ministério Público tem a função de fiscal da ordem jurídica, a legislação não lhe impõe a busca pela conciliação nem pela mediação.
- b) O princípio da confidencialidade da conciliação e da mediação não se estende para a tomada de decisão do magistrado, caso a tentativa de composição resulte infrutífera.
- c) O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes e pode sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
- d) O Código de Processo Civil restringe a atuação de um único conciliador ou mediador, por processo.
- e) A conciliação é indicada para casos em que houver vínculo anterior entre as partes.

26) A respeito das disposições acerca de conciliação e mediação no Código de Processo Civil de 2015:

- a) O conciliador deve preferencialmente atuar nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, enquanto o mediador deve preferencialmente atuar nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes.
- b) O conciliador ou mediador, nos casos em que não houver acordo, poderão ser arrolados como testemunhas.
- c) As regras procedimentais a serem seguidas na mediação e conciliação são as do rito ordinário, não podendo ser livremente pactuadas entre as partes.
- d) As partes devem escolher mediador e conciliador cadastrado no Tribunal de Justiça onde a ação seria proposta em não havendo possibilidade de acordo.
- e) Os conciliadores e mediadores judiciais cadastrados na forma do caput, se advogados, estarão impedidos de exercer a advocacia nos juízos em que desempenhem suas funções.

27) No que se refere ao impedimento e à suspeição, é correto afirmar que:

- a) O juiz pode declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sendo-lhe obrigatório, para tanto, indicar as suas razões;
- b) É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar o impedimento do juiz;
- c) Os motivos de impedimento e suspeição do juiz não se aplicam aos oficiais de justiça;
- d) A suspeição do juiz pode dar azo à propositura de ação rescisória da sentença de mérito por ele proferida;
- e) Se o tribunal acolher a arguição de impedimento do juiz, formulada pela parte, determinará a remessa dos autos ao seu substituto legal, sem condenar o magistrado nas custas.

28) Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que, de

acordo com a legislação processual civil, apresenta a assertiva correta.

- a) Foi distribuída para determinado juiz ação em que é parte instituição de ensino na qual ele leciona. Nessa situação, o magistrado tem de se declarar suspeito, haja vista que a suspeição independe de arguição do interessado.
- b) Em determinada ação de cobrança, o magistrado julgou parcialmente procedente o pedido autoral, condenando o réu a pagar metade do valor pleiteado. Nessa situação, os honorários advocatícios deverão ser compensados em razão da sucumbência recíproca.
- c) O MP deixou de apresentar parecer após o prazo legal que possuía para se manifestar como fiscal da ordem jurídica. Nessa situação, o juiz deverá requisitar os autos e dar andamento ao processo mesmo sem a referida manifestação.
- d) Pedro ajuizou demanda contra Roberto e, na petição inicial, requereu a concessão de gratuidade de justiça. Nessa situação, caberá agravo de instrumento contra a decisão que denegar ou conceder o pedido de gratuidade.
- e) Tício percebendo que deixou de constar na petição inicial questão imprescindível para demanda resolve emendá-la, neste caso, a emenda da inicial poderá ocorrer a qualquer tempo ou fase processual independente da aceitação da parte requerida.

29) Na audiência de instrução e julgamento:

- a) uma vez instalada, o juiz tentará conciliar as partes, salvo se anteriormente tenha havido o emprego de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.
- b) as provas orais serão produzidas em ordem peremptória, após o depoimento pessoal das partes.
- c) sua unicidade e intermitência obsta que seja adiada, salvo apenas a hipótese de convenção das partes, em que será possível o adiamento por uma única vez.
- d) enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e

o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.

- e) encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença de imediato ou, excepcionalmente, se complexas as questões, no prazo de 15 dias.

30) Quanto a formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:

- a) Durante o período de suspensão do processo é defeso praticar qualquer ato processual.
- b) A morte ou perda da capacidade processual do autor conduz à extinção do processo, enquanto a morte ou perda da capacidade processual do réu leva à suspensão do processo para que seja promovida a habilitação dos herdeiros.
- c) Considera-se proposta a ação no momento do protocolo da petição inicial.
- d) A ocorrência da extinção do processo por litispendência ou coisa julgada dar-se-á com resolução do mérito.
- e) O rol de hipóteses de suspensão do processo no processo civil é taxativo.

31 – As regras gerais sobre provas, de acordo com o Novo Código de Processo Civil, permite-nos concluir que:

- a) Somente os meios legais são hábeis para demonstrar a verdade dos fatos.
- b) O princípio dispositivo é mitigado no que se refere à produção de provas, pois caberá ao juiz determinar, mesmo que de ofício, as provas necessárias à formação de seu convencimento.
- c) O poder instrutório no processo civil é restrito à prova de fatos afirmados por uma das partes e confessados pela outra.
- d) Ônus da prova cabe, em regra, à parte economicamente mais forte.
- e) A prova sempre se refere aos fatos e nunca ao direito.

32- Durante audiência de instrução e julgamento realizada em uma sexta-feira e para qual as partes foram regularmente intimadas, o juiz proferiu sentença de parcial procedência do pedido inicial. Após o ato, as partes verificaram que seus patronos não

compareceram porque não haviam sido intimados.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere ao prazo recursal.

- a) Diante da presença das partes, a contagem do prazo para ambas se iniciará na segunda-feira.
- b) A não intimação dos patronos impede o início das contagem do prazo recursal para ambas as partes.
- c) O prazo terá início na data em que os autos estiverem disponíveis para consulta na secretaria da vara.
- d) Publicada a decisão na audiência, a contagem do prazo se iniciará na próxima sexta-feira.
- e) Caso uma das partes seja patrocinada pela defensoria pública, a contagem do prazo para esta se iniciará na segunda-feira.

DIREITO PENAL:

33) Com relação às penas e sua aplicação, é CORRETO afirmar que:

- a) Conforme a regra geral do Código Penal, o regime inicialmente fechado é cabível sempre que for o réu reincidente em crime doloso.
- b) Para fins de detração penal, o tempo de prisão provisória não se computa no tratamento ambulatorial, por possuir a medida de segurança prazo indeterminável e natureza jurídica diversa da pena.
- c) Nos crimes que envolvam violência doméstica, a Lei nº 11.340/2006 veda a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos de prestação pecuniária ou o pagamento isolado de multa.
- d) Apesar de não previsto expressamente pela Lei nº 9.605/98, a possibilidade de aplicação de pena à pessoa jurídica, condenada por crime ambiental, aplicam-se a elas, subsidiariamente, no que couber, o disposto no art. 44 do Código Penal.
- e) Nos crimes que envolvam violência doméstica, a Lei nº 11.340/2006 permite a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos de prestação pecuniária ou o pagamento isolado de multa.

34) Sobre as penas restritivas de direitos, de conformidade com a disciplina do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) São cabíveis em se tratando de crimes culposos, desde que a pena aplicada não exceda a dois anos.
- b) A prestação de serviços à comunidade somente é aplicável às condenações inferiores a dois anos de privação de liberdade.
- c) Podem ser aplicadas nas contravenções penais e nos crimes punidos com detenção, vedada sua admissão se o crime for punido com reclusão.
- d) Deverão ser cumpridas no prazo de quatro anos, a contar da data da extração da Carta de Guia deflagatória da execução penal.
- e) Se a condenação for a reprimenda superior a um ano, a sanção privativa de liberdade poderá ser substituída por duas penas restritivas de direitos.

35) A respeito da responsabilidade penal ambiental, não é correto afirmar que:

- a) A responsabilidade delitiva exige sempre o dolo em qualquer tipo de crime ambiental, perpetrado por pessoa física ou jurídica.
- b) Os crimes ambientais prescrevem, de acordo com a pena prevista para o tipo penal.
- c) A responsabilidade penal não é objetiva, ao contrário da civil.
- d) Todos os crimes ambientais são de ação penal pública incondicionada.
- e) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

36) As infrações penais tipificadas no Código de Defesa do Consumidor podem acarretar:

- a) Pena de detenção, que não pode ser substituída por pena restritiva de direitos ou de multa.
- b) Pena de reclusão, interdição temporária de direitos e prestação de serviços à comunidade e a publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou

audiência, de notícias sobre os fatos e a condenação, às expensas do condenado.

c) Pena de detenção e a publicação, em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, de notícias sobre os fatos e a condenação, às expensas do condenado.

d) somente penas de interdição temporária de direitos e prestação de serviços à comunidade.

e) somente a pena de multa e as penas restritivas de direitos, como a perda de bens e valores e de prestação de serviço à comunidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL:

37) As fontes do Direito Processual Penal são classificadas pela doutrina com a distinção daquelas que criam a norma das que a exteriorizam. Sobre esse tema, afirma-se, com exatidão, que:

a) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos, ratificados pelo Brasil por meio do procedimento exigido pela norma constitucional, são considerados como fontes materiais do Direito Processual Penal, pois equivalem às emendas constitucionais.

b) Cabe à União, de forma exclusiva e privativa, a elaboração de normas processuais penais, bem como legislar sobre direito penitenciário. Em questões específicas de direito local, aos Estados-membros pode ser atribuída a competência para legislar sobre processo penal, através de lei ordinária.

c) O costume, considerado fonte de cognição supletiva, é admitido para afastar ou tornar inaplicável norma processual penal e, com isto, revogar dispositivos legais, principalmente aqueles que não se compatibilizam com o sistema processual democrático inaugurado pela Constituição Federal de 1988.

d) Apesar de a lei processual penal não autorizar explicitamente a utilização dos princípios gerais do direito, são constantemente utilizados diversos princípios processuais constitucionais na interpretação dos casos concretos.

e) O Presidente da República, somente por meio de Decreto, pode legislar sobre indulto e comutação de penas. Trata-se de competência privativa instituída pela Constituição Federal vigente, embora possa tal atribuição ser delegada por aquele aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União.

38) Sobre inquérito policial, assinale a resposta correta.

a) Excepcional e fundamentadamente, a autoridade policial poderá mandar arquivar o inquérito para evitar lesão a direitos fundamentais do indiciado.

b) Para o desarquivamento do inquérito policial a autoridade policial necessita de novas provas.

c) O prazo para encerramento do inquérito policial no caso de réu preso, nos termos do código de processo penal é de 30 dias.

d) Aos crimes de ação penal privada, encerrado o inquérito policial a autoridade policial poderá entregá-lo, por traslado, ao ofendido ou seu representante se assim for requerido.

e) No curso do inquérito o ofendido não poderá requerer diligências.

39) Em se tratando de ação penal privada subsidiária da pública, assinale a afirmativa incorreta.

a) Após iniciada a ação, caberá ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la ou oferecer denúncia substitutiva.

b) Não caberá ao ofendido intentá-la, mesmo transcorrido o prazo legal para o oferecimento da denúncia, se o Ministério Público tiver requerido o arquivamento.

c) Poderá ser interposta pelo ofendido nos crimes de ação pública, se esta não tiver sido intentada no prazo legal e ainda ficar comprovada a total inércia do Ministério Público.

d) Tal ação, também conhecida como queixa substitutiva, outorga ao ofendido uma legitimação extraordinária para exercer ação penal em um crime de iniciativa pública incondicionada ou condicionada.

e) A inércia do Ministério Público se configura, assim que se verificar não ter esse órgão oferecido denúncia crime e nem requerido o arquivamento do inquérito policial.

40) Sobre competência, nos termos do Código de Processo Penal, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- c) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo juízo que primeiro praticou algum ato processual.
- d) Havendo conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.
- e) Se reconhecida inicialmente ao júri a competência por conexão ou continência, o juiz, se vier a desclassificar a infração ou impronunciar ou absolver o acusado, de maneira que exclua a competência do júri, remeterá o processo ao juízo competente.

POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO AOS CONFLITOS

41) De acordo com a Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, pode-se afirmar que a conciliação e a mediação são instrumentos:

a) Jurisdicionais notoriamente insuficientes e ineficientes para atender e satisfazer subjetiva e objetivamente o conjunto de demandas.

b) Garantidores de proteção diante de eventual ameaça ou violação do direito, compelindo o seu agressor ao cumprimento ou sancionando-o ante o seu descumprimento.

c) Efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implementados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças.

d) Processuais aptos a garantir a efetividade da execução das decisões proferidas pelo Poder Judiciário.

e) Instrumentos de ordem constitucional criados para garantia da paz social e como única forma de resolver todos os tipos de conflitos pelo Judiciário.

42 - São atribuições do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, exceto:

a) Desenvolver a Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses estabelecida na Resolução n. 125 do CNJ.

b) Planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política de solução de conflitos no Poder Judiciário e suas metas.

c) Propor à Escola Superior da Magistratura juntamente com a Escola do Servidor em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso e demais entidades educacionais, a capacitação, treinamento e atualização permanente de Magistrados, Servidores, Conciliadores e Mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos, incentivando a realização de cursos e seminários sobre o tema.

d) Atuar na interlocução com o CJN, com outros Tribunais e com os órgãos integrantes da rede mencionada nos arts. 5º e 6º da Resolução 125 do CNJ.

e) Instalar Centrais e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação.

43) A respeito dos princípios fundamentais que regem a atuação dos conciliadores e mediadores, assinale a afirmativa correta.

- a) A imparcialidade pode e deve ser relativizada nos casos em que é evidente a diferença socioeconômica dos envolvidos no processo.
- b) A manutenção do sigilo deve ser assegurada permanentemente mesmo nas situações que envolvam a violação da ordem pública e das leis.
- c) A capacitação periódica e continuada é um dever precípua dos conciliadores e mediadores como forma de manter a competência necessária.
- d) A prestação de serviços profissionais aos envolvidos no processo de conciliação e mediação é permitida pela Justiça desde que com a anuência das partes.
- e) A suspensão das sessões não constitui prerrogativa dos conciliadores que só podem fazê-lo com prévia autorização judicial.

44) O Novo Código de Processo Civil de 2015 (Lei Federal nº 13.105) prestigia, em diversas passagens, os métodos alternativos de solução de conflitos como forma de entregar aos cidadãos uma prestação jurisdicional mais célere e que melhor atenda os interesses das partes em conflito, buscando-se, com isso, a pacificação social e a maior efetividade das decisões estatais. No que tange às disposições processuais que regem os conciliadores e mediadores judiciais, assinale a alternativa correta.

- a) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador ou o mediador, ainda que este não esteja cadastrado no tribunal onde tramita o processo.
- b) A conciliação e a mediação são informadas pelo princípio da publicidade, devendo ser publicadas todas as informações produzidas no curso do procedimento.
- c) Os conciliadores e mediadores judiciais devidamente cadastrados, se advogados, poderão continuar exercendo a advocacia

nos juízos em que desempenham suas funções.

- d) Eventuais conflitos no âmbito administrativo que envolvam órgãos e entidades da administração pública não estão sujeitos aos mecanismos de solução consensual de conflitos previstos no Código de Processo Civil de 2015.
- e) A conciliação e a mediação são informadas pelo princípio do conciliador e mediador natural, não havendo a possibilidade de substituição destes no decorrer do processo.

LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS

45) Segundo a Lei 9.099/95, Lei dos Juizados Especiais, em seu art. 13, os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Nesse condão, conforme a lei citada:

- a) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.
- b) As nulidades serão pronunciadas independentemente de prejuízo.
- c) Todos os atos serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
- d) A legislação federal disporá sobre a conservação das peças do processo.
- e) A validade dos atos processuais em se tratando de Juizados Especiais, estão sujeitos aos critérios de validação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior do Ministério Público.

46) Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/95, é correto afirmar:

- a) Nas causas de valor de até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas causas entre 20 e 40 salários mínimos, a assistência de advogado é obrigatória.

b) O menor de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

c) Nos procedimentos que tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis, o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, será representado somente por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, podendo ou não haver vínculo empregatício.

d) Dentre os meios de citação possíveis no âmbito dos Juizados Especiais, incluem-se: carta, oficial de justiça, edital e meios eletrônicos.

e) Registrado o pedido, após distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

47) Ao dispor sobre os Juizados Especiais Criminais, a Lei nº 9.099/95 estabelece que:

a) São consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, excetuadas as contravenções penais.

b) Caberá a suspensão do processo, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

c) Se determina a competência do Juizado Especial Criminal pelo local do domicílio ou da residência do réu.

d) Não constitui causa para a revogação da suspensão do processo a ausência de reparação do dano, sem motivo justificado.

e) Caberá apelação da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor.

48) Em relação aos Juizados Especiais aponte a opção incorreta.

a) As causas de competência dos Juizados Especiais em que forem comuns o objeto ou a causa de pedir poderão ser reunidas

para efeito de instrução, se necessária, e julgamento.

b) É admitido no juizado da Fazenda Pública o julgamento em lote/lista, quando a matéria for exclusivamente de direito e repetitivo.

c) O conflito de competência entre juízes de Juizados Especiais vinculados à mesma Turma Recursal será decidido por esta. Inexistindo tal vinculação, será decidido pela Turma Recursal para a qual for distribuído.

d) Na Justiça Itinerante podem ser flexibilizadas as regras procedimentais, ante as contingências fáticas da região atendida, observando-se sempre as garantias do contraditório e do devido processo legal.

e) A obrigação de assistência por advogado, nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, nos termos do art. 9.º, *caput*, da Lei 9.099/1995, não se aplica-se ao Juizado Especial da Fazenda Pública.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

49) Das questões abaixo apenas uma não está de acordo com a Lei Complementar Estadual n. 270/2007 de 02 de abril de 2007, que (Institui nos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso o Juiz Leigo e o Conciliador, como Auxiliares da Justiça e dá outras providências:

a) Os Juízes Leigos e os Conciliadores são particulares que colaboram com o Judiciário na condição de Auxiliares da Justiça, prestando serviço público relevante, sem vínculo empregatício, sendo credenciados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo período de 2 (dois) anos, admitida uma única prorrogação.

b) Salvo exceção legal ou situação excepcional da Comarca ou termo dela, os conciliadores serão selecionados mediante teste seletivo e com ordem de aprovação, exclusivamente entre bacharéis ou acadêmicos de Direito que estejam regularmente matriculados em Universidades ou Faculdades Públicas ou

Particulares, com curso autorizado ou reconhecido pelo Ministério do Planejamento aprovado pelo Ministério Público de cada estado da Federação.

c) Os Juízes Leigos e Conciliadores serão submetidos a cursos e treinamentos obrigatórios, na forma regulada por provimento do Conselho de Magistratura.

d) O credenciamento dos Juízes Leigos e Conciliadores será considerado automaticamente prorrogado, por igual período, se, dentro de trinta (30) dias do vencimento do prazo estipulado no art. 2º desta lei complementar, não for publicado o ato de descredenciamento.

e) O Tribunal de Justiça credenciará, para cada unidade jurisdicional, Juízes Leigos e Conciliadores em número suficiente para atender a demanda, de acordo com a necessidade dos serviços.

50) De acordo com o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), assinale a alternativa correta.

a) A responsabilidade do fornecedor de serviços pela reparação dos danos

causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos, depende de prova irrefutável de sua culpa.

b) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

c) O fornecedor de serviços será responsabilizado pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços mesmo quando provar que a culpa foi exclusiva do consumidor ou de terceiro.

d) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

e) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.